

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Folha de S. Paulo

## Dois ex-conselheiros do Carf viram réus

Folha de S. Paulo - 11/12/2015

### *Pai e filha são acusados de tráfico de influência em órgão da Fazenda*

RUBENS VALENTE  
DE BRASÍLIA

Dois ex-conselheiros do Carf (conselho vinculado à Fazenda que julga recursos de firmas contra multas da Receita) se tomaram réus em ação penal por irregularidades no órgão. É a primeira vez que isso ocorre desde o início da Operação Zelotes.

A decisão é do juiz federal Vallisney de Souza Oliveira, da 10a Vara Federal de Brasília. Ele acolheu denúncia da Procuradoria no Distrito Federal por tráfico de influência dos advogados, ambos ex-conselheiros do Carf. A pena varia de dois a cinco anos de prisão e multa.

Segundo a denúncia, Edison e Meigan “solicitaram dinheiro a pretexto de influir em ato” do órgão. Eles sustentam que pai e filha participaram de suposto esquema para interferir em recurso movido pela firma Laser Tech Comércio e Importação de Eletrônicos.

O processo tramitava no Carf desde 2011. O valor da disputa não foi revelado.

Em 2013, a pedido da Receita, a Justiça decretou in-disponibilidade de R\$ 282 milhões em bens da empresa.

Um dos conselheiros da seção que julgaria o recurso era Guilherme Pollastri Gomes da Silva que, dizem os procuradores, foi procurado por Edison e Meigan a pedido de outro advogado, Tharyk Jaccoud Paixão, interessado em obter vista do processo em setembro de 2014.

Pela denúncia, teriam sido oferecidos de R\$ 30 mil a R\$ 50 mil para que Pollastri pedisse a vista. Pouco antes do julgamento, porém, Paixão telefonou a Edison para dizer que a pessoa interessada na vista, “Milton”, havia desistido de pagar o suborno.

Logo depois, Meigan enviou mensagem ao conselheiro do Carf: “Polastri, pode esquecer. A pessoa desistiu. Então nem perde tempo analisando o processo”.

Como o valor não foi pago, os procuradores optaram por não denunciar Pollastri. Mas a tentativa de suborno, dizem, configura crime em relação a Edison e Meigan.

### OUTRO LADO

Os advogados de Edison e Meigan Rodrigues não foram localizados. Em agosto, à CPI do Carf, Edison ficou em silêncio. Na mesma sessão, Meigan negou ter negociado decisões no Carf e disse que era acusada em razão de “uma única gravação”, que teria

gerado “uma interpretação equivocada”. Guilherme Pollastri, Tharyk Paixão e a Laser Tech não foram localizados.

O Tempo

## **Para Gilberto Carvalho, quebra sigilo é algo bom**

11/12/2015

*Apesar de ser apontado como suspeito do esquema, o ex-ministro petista não foi alvo de mandados de buscas nem de condução coercitiva que atingiram investigados da Zelotes*

Brasília . O ex-ministro Gilberto Carvalho (PT) afirmou nesta quinta que a quebra de seus sigilos bancário e fiscal, autorizada pela Justiça Federal, foi algo "bom" para que a Polícia Federal e o Ministério Público parem de incomodá-lo com "acusação descabida".

O petista disse que a decisão judicial não representa "nenhuma novidade" para ele, pois já tinha colocado seus sigilos telefônicos, fiscal e bancário à disposição da Justiça, quando prestou depoimento voluntário à Polícia Federal no último dia 26 de outubro.

Atualmente presidindo o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), Gilberto Carvalho é investigado pela Procuradoria Geral da República e pela PF sob suspeita de ter participado de esquema de "compra" de medidas provisórias editadas entre 2009 e 2013, que prorrogaram benefícios fiscais para montadoras das regiões Norte e Nordeste.

O esquema está sendo investigado em um desdobramento da operação Zelotes, que apura suspeita de venda de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda.

Apesar de ser apontado como suspeito do esquema, o ex-ministro petista não foi alvo de mandados de buscas nem de condução coercitiva que atingiram investigados da Zelotes.

O filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva, também é investigado. O sigilo de sua empresa, que recebeu R\$ 2,5 milhões de um escritório de um dos lobistas contratados por montadoras, teve o sigilo quebrado na quarta-feira.

Postura

Temor . O ex-ministro afirmou que não tem medo de ser investigado e que considera "dever da PF, da Receita Federal e de qualquer órgão de controle realizar a investigação que julgar necessária"

DCI - SP

## **Primeiras sessões do Carf mostram tentativa de firmar jurisprudência (Legislação & Tributos)**

11/12/2015

*Tributaristas fizeram balanço positivo sobre a volta dos julgamentos no tribunal administrativo da Receita Federal. Para eles, entrada de casos polêmicos na pauta pode pacificar divergências*

Roberto Dumk

São Paulo - Após oito meses de paralisação, além de um pouco tumultuadas, as primeiras sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foram marcadas pela tentativa de resolver as teses tributárias mais espinhosas do tribunal.

A iniciativa fica clara ao analisar a divisão temática da pauta da câmara superior do Carf, observa o tributarista do Demarest, Carlos Eduardo Orsolon.

Esse agrupamento por pauta temática pode servir para desatar nós que existiam em relação a esses temas mais controvertidos, afirma ele, que acompanhou os primeiros julgamentos.

O conselheiro dos contribuintes do Carf, Renato Apelbaum, que estreou como julgador esta semana, teve a mesma impressão. Para ele, os casos foram pautados não necessariamente por conta dos valores envolvidos, mas para acelerar a formação de jurisprudência dos temas.

São casos que já estavam maduros há muito tempo, que já tinham muitas decisões [das câmaras baixas], mas que no âmbito da câmara superior são matérias novas, destaca. Ele explica que o papel da câmara superior é justamente resolver as divergências de entendimento.

Os temas a que eles se referem são, por exemplo, a discussão sobre o ágio na incorporação de empresas, o chamado preço de transferência e a trava de 30% no aproveitamento de prejuízos fiscais. Essas são questões que o Carf precisa tirar da frente, reforça Apelbaum.

O interesse da comunidade jurídica sobre os temas em pauta também ficou evidente, avalia Orsolon. Muitos advogados estavam lá apenas acompanhando os julgamentos. Não tinham processos em pauta. Mas queriam saber o resultado dos julgamentos.

A expectativa dos advogados é que as decisões dos temas polêmicos pela câmara superior também desafogue as câmaras baixas.

Fixando uma tese, a câmara [baixa] perde menos tempo, chega mais rápido ao caso concreto e consegue analisá-lo dentro de sua peculiaridade, comenta o tributarista do Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados, Tiago Conde Teixeira.

Ele destaca que outro benefício é que a partir da jurisprudência do Carf as empresas poderão modelar suas operações para reduzir a chance de atuação, reforçando a segurança jurídica tributária.

Apesar de a entrada dos temas espinhosos em pauta ser uma boa notícia, a maior parte deles não foi resolvido por conta de pedidos de vista, conta Teixeira. O único caso efetivamente julgado na câmara superior foi este da trava dos 30%, em que o contribuinte perdeu. Os outros voltarão à pauta em janeiro, aponta.

Jornada

Os muitos pedidos de sustentação oral, por conta da relevância dos casos, também contribuíram para truncar os julgamentos, avalia Orsolon. Segundo os tributaristas, tanto na segunda-feira (7) quanto quarta-feira (9) as sessões de julgamentos se estenderam para além das 21 horas.

O ex-conselheiro do Carf e sócio do Simões Caseiro Advogados, Thiago Tabora Simões, conta que mesmo indo até tarde as turmas não conseguiram vencer os muitos itens em pauta. Com o conselho mais formal, ele também destaca que não houve flexibilidade para alterar a ordem de julgamento dos itens em pauta, como ocorria antes.

Simões explica que antes os advogados podiam fazer um pedido de preferência, antecipando a entrada em julgamento dos casos com sustentação oral. Para ele isso facilitava a atuação no conselho especialmente quando o advogado tinha mais de um caso pautado para o mesmo período.

Teixeira identificou o mesmo problema. Para ele, a recusa da preferência também se torna um problema na medida em que os casos podem ser adiados de um dia para o outro. Isso seria uma dificuldade ainda maior para os advogados que viajam de São Paulo para Brasília, por exemplo, e podem ser obrigados a adiar passagens aéreas de retorno.

Teixeira destacou ainda que se antes da paralisação dos julgamentos em março havia sessões que começavam 11h30, com horas de atraso e advogados

esperando nos corredores, pelo menos nessa primeira rodada o começo das sessões foi muito pontual.

Vista

Um receio da comunidade jurídica em relação a essa primeira leva de sessões diz respeito ao número de processos inclusos em pauta. Foi uma meta bastante agressiva. Havia uma preocupação em relação a ter que julgar os casos muito rapidamente. Mas não foi isso que aconteceu, diz Apelbaum.

Ele afirma que apesar do número de casos, não houve pressão para que os conselheiros julgassem com pressa. Pelo contrário, quando dúvidas surgiram houve tranquilidade em fazer os pedidos de vista.

Orsolon teve sensação parecida. Segundo ele, até por conta do contexto da Operação Zelotes, que causou a paralisação dos julgamentos do **Carf**, havia insegurança quanto aos pedidos de vista, no sentido de que os conselheiros pudessem ser inibidos de pedir vista. Felizmente esse receio não se confirmou, diz.

Para o advogado do Demarest, sempre que houve dúvidas relacionadas aos fatos de um caso, os pedidos de vista ocorreram de forma natural e até flexível. Com certeza esse foi um ponto positivo.

Jornal do Comércio - RS

## **Para Levy, dívida cresce em alta velocidade**

11/12/2015

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou que, apesar de todos estarem preocupados com o rating soberano do País, o Brasil tem condições financeiras sólidas. Nossa dívida externa de mercado é de US\$ 28 bilhões, quase um quinze avos das nossas reservas internacionais, ponderou. Não há risco de o País não poder ou não querer pagar a dívida externa, destacou.

O ministro fez uma referência à decisão da Moody's, que colocou em revisão o rating do Brasil para emissão externa. Tem que trabalhar e tentar voltar para a divisão a que você acha que pertence, apontou. Antes, ao falar durante evento promovido pela Febraban, Levy destacou que ao invés de discutirmos downgrade, temos que discutir upgrade, para sermos um país A.

O ministro, contudo, manifestou que a dívida interna está crescendo em velocidade desconfortável, o que aponta a importância de o País fazer reformas, sobretudo de ordem fiscal. Para isso, precisamos de unidade, todos estarem pensando em primeiro lugar no Brasil, disse. É preciso união, entendimento e muito foco para fazer o que for necessário. O ministro apontou que há propostas fiscais no Congresso que precisam ser votadas e decididas até o final do ano, pois o Brasil não pode esperar.

Levy afirmou que em 2016 há dois pontos essenciais para as contas públicas relativos a mudanças na Previdência Social. O primeiro deles é dizer qual será a reforma da Previdência, destacou. O outro é definir a fonte de receita para se chegar à estabilidade fiscal.

De acordo com Levy, as dificuldades atuais que o País enfrenta são mais profundas, de cunho político. Ele destacou que 2015 foi ano atípico, e tem se tornado cada vez mais atípico.

O ministro da Fazenda destacou que o Tesouro Nacional registrou um superávit de R\$ 48 bilhões neste ano, mas como o saldo negativo da Previdência Social é de R\$ 80 bilhões, isso significou um déficit no total. Ressaltou que a proposta do governo para a reforma do PIS/Cofins é neutra do ponto de vista de carga tributária, mas ela terá a capacidade de simplificar procedimentos relativos a pagamento de impostos por empresas, o que tornará

a economia mais eficiente e competitiva. A proposta pode agregar 0,5 ponto percentual ao PIB , destacou.

Na área de impostos, o ministro destacou que a progressividade tributária é importante e que o País está evoluindo da relevante modicidade tarifária para a modicidade de subsídios . Estamos fazendo esforço para colocar contas do **Bndes** em ordem , apontou. Ele destacou que as reformas feitas no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) e na dívida ativa da União fortalecem o fiscal, sem alta de imposto .

De acordo com Levy, entre os próximos passos estruturais para o Brasil está a continuidade do desenvolvimento do mercado de capitais, inclusive com reformas de mecanismos de financiamento da economia . Segundo Levy, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu uma indicação das coisas que temos que modificar e muitas delas já foram tratadas pelo governo ao longo de 2015. O TCU tem sublinhado a transparência com que o Tesouro e o governo têm tratado as contas públicas , disse.

Estamos no esforço de pagar algumas coisas que estavam atrasadas, e que o TCU orientou para pagar, para apresentar um plano de pagamento desses atrasados , acrescentou. O ministro destacou ainda que o Congresso já deu espaço fiscal para organizarmos as coisas dentro das melhores práticas .

Levy também foi questionado sobre por que ele não consegue materializar diversas propostas na área fiscal. Ele respondeu que as metas econômicas estão sendo altamente influenciadas por fatores externos e de natureza política . No entanto, apontou que o governo trabalha unido e que tem clareza de seus propósitos, o que lhe dá confiança de que o País vai superar os desafios e voltar a crescer.

A possibilidade de a agência de classificação de risco Moody's rebaixar a nota da dívida pública brasileira reflete as dificuldades do ambiente político, informou o Ministério da Fazenda. Pouco mais de 24 horas depois de a agência ter revisado para negativa a perspectiva da nota de crédito do País, a pasta emitiu um comunicado sobre o tema.

Essa revisão (da nota do Brasil) poderá levar até 90 dias a partir de ontem (quinta-feira), sendo que a opinião da agência remete às dificuldades oriundas do ambiente político e da capacidade do governo em implantar medidas para corrigir e executar políticas que levem a resultados fiscais consistentes , diz a pasta. Na nota, a Fazenda informou ainda que o governo está empenhado em reduzir gastos obrigatórios e aumentar impostos para facilitar o ajuste fiscal.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, admitiu, na quarta-feira à noite, numa conversa com representantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que poderá deixar o governo caso seja aceita a proposta, defendida por uma ala do governo, de reduzir a zero a meta de superávit primário para o próximo ano, fixada por ele em 0,7% do PIB. Se zerar o superávit, estou fora , disse Levy aos presentes ao encontro, no Ministério da Fazenda.

A eventual mudança na meta de economia que o País pretende fazer em 2016 para pagar os juros da dívida pública é um dos pilares da gestão Levy. A previsão do superávit de 0,7% do PIB consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias que pode ir a votação a partir da próxima terça-feira, em sessão plenária do Congresso.

O líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), garantiu que apresentará uma emenda para ser votada em plenário a fim de contemplar a chamada meta zero .

O petista disse que, se for aceita, essa alteração permitirá a liberação de R\$ 34 bilhões em recursos. Desse total, R\$ 24 bilhões serviriam para bancar o Programa de Aceleração do Crescimento e outros R\$ 10 bilhões para impedir

um eventual corte no Bolsa Família. Essa é a intenção do relator-geral do Orçamento de 2016, deputado Ricardo Barros (PP-PR), para fechar as contas.